Lisboa, 28 de novembro de 2016 - A APDSI foi uma das entidades presentes na sessão final da 5.ª edição do Fórum para a Sociedade da Informação - Governação da Internet, co-organizado pela ANACOM, "Chapter" ISOC Portugal, DNS.PT, ERC, FCT e IAPMEI, que decorreu no dia 23 de novembro de 2016, no IAPMEI, em Lisboa.

O Fórum, que reuniu um painel de especialistas em diversas áreas relacionadas com a Internet, incluiu, este ano, um conjunto de discussões temáticas abertas nos meses de outubro e novembro sobre o futuro da Governação da Internet, Neutralidade da Internet, Acesso e Inclusão Digitais, incluindo as Mulheres nas TIC, Proteção de Dados, Tecnologias da Internet e Discurso do Ódio.

Esta sessão final, da qual a APDSI foi co-organizadora, permitiu reunir as Mensagens de Lisboa 2016 que resultaram dos três workshops preparatórios, contribuindo para a discussão que decorrerá a nível mundial, no Fórum global "IGF 2016", no México, de 6 a 9 de dezembro. A Governação da Internet envolve uma multiplicidade de políticas públicas e de diferentes regras e princípios que acabam por constituir a expressão da comunidade Internet global e para a qual Portugal também contribuiu.

No âmbito do tema "Privacidade - Direitos e responsabilidades, que futuro?", Hugo Séneca, da Exame Informática, alerta para a necessidade de se estabelecer, mundialmente, até que idade um internauta é considerado criança e quando passa a adulto, lembrando que, para celebrar contratos é preciso ter 18 anos. O papel dos encarregados de educação é particularmente relevante no que concerne ao estabelecer de direitos e obrigações no mundo digital.

A necessidade de uniformização de legislação nos Estados-Membros também foi apontada como uma conveniência para a proteção dos nossos dados, com a ressalva de que os jovens têm práticas menos corretas relativamente à cedência de dados pessoais.

Com a adoção do novo regulamento de proteção de dados, a Comissão Nacional de Proteção de Dados passa a ter um raio de ação diferente: se, atualmente, os sistemas precisavam de uma autorização prévia, depois de 2018 a CNPD passa apenas a fiscalizar e a aplicar coimas.

No âmbito da "Governação da Internet para um crescimento inclusivo", coube a Francisco Tomé, da Direção da APDSI, apresentar as conclusões da sessão previamente co-organizada pela Associação.

A adoção do digital e a cultura do seu uso podem ser fomentadas à medida que o **digital seja implementado *by default* e não como alternativa**, principalmente junto das PMEs. Também é preciso garantir a igualdade de oportunidades, de género, idade e de localização, sem esquecer a capacitação digital de pessoas com carências; garantir a segurança e confiança na utilização da Internet, bem como a progressão académica e interoperabilidade curricular. adaptar os curricula académicos às mudanças tecnológicas do presente e do futuro; facilitar o acesso a banda larga e disponibilizar infraestruturas tecnológicas com generalização de wi-fi em locais públicos. A APDSI apontou, ainda, a necessidade de ser feita uma produção de conteúdos na língua e cultura nacionais e implementar a massificação dos mecanismos de autenticação digital.

Já sobre o workshop da "Neutralidade da Internet", Mário de Almeida, do Portugal Chapter da Internet Society, resume as conclusões a levar ao México no estabelecer de **um equilíbrio entre operadores de rede e fornecedores de serviços; tem de haver uma neutralidade da rede entre a concorrência, tendo em conta os dois lados do mercado (consumidor e produtor);** salvaguardar e promover a liberdade de expressão; impedir o bloqueio e diferenciações entre tráfego e serviços e evitar zonas cinzentas, como serviços especializados. Do lado dos utilizadores é necessário assegurar o acesso a qualquer tipo de conteúdo, quando, onde e em que aplicação entender; considerar que, para os utilizadores, o acesso à Internet é uma *utility* e, portanto, as condições de acesso não podem ser diferentes e incentivar uma cultura de reflexão sobre o digital, particularmente ao nível da decisão política.

Apresentadas as principais linhas conclusivas que seguirão para o Fórum global "IGF 2016", no México, seguiu-se o debate no qual Cláudio Lucena, do Research Center for the Future of Law, Católica Global School of Law, Universidade Católica Portuguesa, diz que, à semelhança do que faz a comunidade técnica, os Governos também deviam ter uma visão a médio e longo prazo.

Francisco Tomé, da Direção da APDSI, mostra a necessidade de serem acauteladas as implicações do digital no emprego e nas futuras condições de trabalho. A responsabilidade do Estado Social também deve ser chamada à causa, quando se pondera a substituição de humanos por robôs.

Hugo Séneca, da Exame Informática, refere que todos os operadores têm uma posição assumida sobre a Internet e que pode condicionar a sua governação prática.

Jorge Lacão, Coordenador do Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital, descreveu o que está a ser feito para incentivar a população à utilização eletrónica e põe o foco na importância da assinatura digital.

Mário de Almeida, do Portugal Chapter da Internet Society, acredita que a Internet deve assentar nos princípios de abertura, universalidade e confiança dos cidadãos, que passam pelo lado técnico, legislativo e políticas de costumes.

Nuno Garcia, da Universidade da Beira Interior, salienta que a governação da Internet é mais difícil que a governação de um Estado porque não é algo físico.

Pedro Gonçalves, da Fundação PT, mostra a sua preocupação para com a proteção dos menores online.

A sessão final do Fórum para a Sociedade da Informação Evento foi co-organizada pela FCT, ANACOM, APDSI, DNS.PT, ERC, IAPMEI e "Chapter" ISOC Portugal.

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objetivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas atividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da atualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Eletrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

Para mais informações contacte:

APDSI - Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação
Rua Alexandre Cabral, n.º 2C - Loja A 1600-803 Lisboa
Tel.: 217 510 762
Fax: 217 570 516
E-mail: secretariado@apdsi.pt
Site: http://www.apdsi.pt
Blogue: http://portugal-si.blogspot.pt
Facebook: http://www.facebook.com/apdsi.portugal
Twitter: https://twitter.com/apdsi